

DA NEGOCIAÇÃO ÀS ESTRATÉGIAS: RELAÇÕES CONJUGAIS E DE GÊNERO NO DISCURSO DE MULHERES DE BAIXA RENDA EM SÃO PAULO*

*Raquel Souza***
*Augusta Thereza de Alvarenga****

RESUMO: O presente trabalho resulta de amplo estudo monográfico acerca de questões relativas a saúde reprodutiva de mulheres de baixa renda em São Paulo. Partimos do pressuposto de que pautas de negociação entre os casais podem ser desveladas por meio do discurso de mulheres e, a partir destes, reconstituídas as relações conjugais em termos de questões como as negociações ou a sua impossibilidade, conflitos e violência de gênero, relevantes para a saúde reprodutiva e sexual das mulheres. No referido estudo realizamos uma pesquisa de campo do tipo qualitativa, com 16 mulheres, utilizando a técnica de história oral do tipo temática. No presente artigo, centramos a análise nas concepções sobre casamento e intimidade, procurando articular, na discussão, as concepções de poder, sexualidade e gênero. Buscamos, igualmente, os sentidos que adquirem as relações conjugais, as infidelidade e fidelidade, a união e a liberdade. Destacamos dos discursos permanências e mudanças que desvelam o processo de “adaptação” e “modernização” do grupo, num contexto em que se constroem relações sociais e políticas mais modernizadas, características de um novo tempo social.

PALAVRAS – CHAVE: socialização conjugal, intimidade conjugal, espaço de vida, saúde reprodutiva, gênero

* Artigo elaborado a partir da dissertação de mestrado intitulada “Sob o signo de Marte: relações conjugais, gênero e saúde reprodutiva de mulheres de baixa renda em São Paulo”, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2000.(Souzas,2000)

** Doutoranda do Departamento de Saúde Materno-Infantil da Faculdade de Saúde Pública e Cientista Social pela Universidade de São Paulo - e-mail hsm@fsp.usp.br; rsouzas@usp.br

*** Augusta Thereza de Alvarenga, Socióloga, Professora Doutora do Departamento de Saúde Materno- Infantil da FSP/USP, Av. Dr. Arnaldo, 715 – 2 andar – Cerqueira César/São Paulo-Capital – CEP.01246-904 - e-mail atal@usp.br e hsm@fsp.usp.br

INTRODUÇÃO

O “casamento” faz parte do conjunto das instituições sociais que engendram distinções de gênero eficazes no controle, produção e reprodução social. Na perspectiva de FOUCAULT (1984), a instituição do casamento é um espaço privilegiado de controle da sexualidade que encerra teias discursivas - saberes constituídos - sobre o sexo e é regulado por meio destes discursos úteis e públicos, e não pelo rigor da proibição da prática sexual.

A sexualidade, construída no espaço do casamento, tem no casal heterossexual o padrão a ser reproduzido, sexual e biologicamente. Mas esta, no seu amplo espectro de significados, se multiplica em sexualidades “periféricas” a este casal heterossexual. Ao se multiplicar, constrói um domínio a ser conhecido, algo que se quer conhecer, tornando-se, segundo FOUCAULT (1984), a busca da verdade sobre si.

A intimidade, dentro de uma concepção de modernidade, configura um contexto de maior reflexividade do eu, implicando uma noção de autonomia que se define como uma dada capacidade de auto-reflexão e autodeterminação dos indivíduos. A reflexividade do eu, nesta perspectiva, dota os indivíduos de maior capacidade para “deliberar, julgar, escolher e agir diante de diferentes cursos de ação possíveis” (GIDDENS, 1993, p.202).

Trata-se da possibilidade de construção de uma realidade em que haja direitos sociais e políticos que permitiriam o desenvolvimento de capacidades, características da vida moderna (GIDDENS, 1993), como o caminho pelo qual o espaço intimidade se transformaria num espaço de expressão de uma dada sexualidade plástica, ponto de ligação entre o corpo, a auto-identidade e as normas sociais, (GIDDENS, 1993,1996).

A sexualidade plástica, livre da relação direta com a reprodução biológica, se colocaria como um traço da personalidade dos indivíduos, num contexto de ritos mais igualitários.

O elemento ordenador das relações sociais é, neste caso, a confiança ativa, em razão do maior nível de reflexividade do eu, que implica maior nível de diálogo entre os pares, o que viabilizaria a construção de relações sociais com base em um comprometimento e reconhecimento de obrigações mútuas que perduram ao longo do tempo, permitindo a restauração da solidariedade em bases não coercitivas; isto porque, orientadas por relações entre indivíduos autônomos, ou seja, livres da violência.

A confiança ativa, nesta concepção, possibilita a construção da solidariedade, requerendo dos indivíduos uma constante discussão sobre os parâmetros pelos quais se guiam. Trata-se de uma política de vida, no âmbito das relações interpessoais, que substitui o uso da força pelo diálogo.

A reflexibilidade do eu e a confiança ativas formam a base de uma política gerativa que, desta perspectiva, possibilitaria aos indivíduos uma atuação mais livre e autônoma num espaço de democracia dialógica, que envolve a vida pessoal – relações de parentesco, de gênero, de amizade – ordenada por meio do diálogo e não pelo poder, pela imposição de regras, mas pelo comprometimento mútuo, no espaço da intimidade.

Em um contexto ideal de modernidade seria, conseqüentemente, um espaço de construção da solidariedade de gênero, por exemplo. Nele os indivíduos desenvolvidos afetiva e emocionalmente propiciariam o fortalecimento de uma democracia dialógica e, por conseguinte, de uma política gerativa, ou seja, produzida por indivíduos autônomos (GIDDENS; 1993,1996). Em uma sociedade melhor informada sobre si e sobre os outros e mais igualitária, os papéis sexuais e sociais não estão pré-fixados. Ao contrário, são objetos de discussão e de negociação. Pode-se supor, a partir das concepções apontadas, que casais capazes de desenvolver um processo de negociação são também mais capazes de implementar um tipo de democracia dialógica, em que disputas e contendas sejam resolvidas por meio do diálogo, e não por meio da força física.

Homens e mulheres radicalmente modernos, argumenta GIDDENS (1993,1996), negociam seus papéis e esta negociação só é possível se houver um grau de flexibilidade dos pares em relação aos papéis sexuais e sociais de ambos. O oposto do diálogo, nesta perspectiva, é a violência. E a causa desta violência é localizada no “fundamentalismo de gênero”, ou seja, na fixidez dos papéis atribuídos ao ser masculino e feminino e às suas atribuições, tratando-se de um tipo de conservadorismo que leva a uma rigidez que impede a construção de uma relação mais reflexiva e compartilhada, característica da modernidade.

Nesta perspectiva, é no espaço da intimidade que devem se processar transformações sociais que garantiriam o exercício do direito e da afetividade e, ao mesmo tempo, estas mudanças só podem ocorrer num lugar onde é possível o exercício de direitos sociais e políticos. Neste contexto de discussão teórica, a intimidade seria, pois, a arena da vida humana a ser democratizada e o espaço onde se espelharia a ausência de democracia no domínio público.

Nos pressupostos da modernidade, a intimidade é um campo de experimentação e de vivências afetivas possíveis em um espaço democrático, em que coexistem vários direitos coletivos e individuais, públicos e privados. Em suma, é um campo de exercício do direito à afetividade (GIDDENS, 1996).

Vale destacar, no entanto, que o espaço privado tem sido, historicamente, o espaço da privação e da supressão de direitos e da vigência do autoritarismo (CHAUÍ, 1985). Refletindo sobre a questão DA MATTA(1990) afirma que as esferas pública e privada diferem em características sociais e políticas ao determinarem direitos e deveres distintos. Quando tais esferas se confundem, ou quando há o uso intencional das regras do espaço doméstico no espaço público com o objetivo de favorecer a si, ou ao seu grupo de relações, desvelam-se e determinam-se rituais autoritários, uma vez que não é possível delimitar onde começa o público e termina o privado, ou o inverso. Na medida em que se afirmam como sujeitos de direitos sociais e políticos, as mulheres difundem, na vida cotidiana, conteúdos que contribuem para a construção de uma nova realidade, mais igualitária.

Família, modernidade e tempo social.

Com o processo de industrialização do Brasil, no final do século 19 e início do século 20, e a despeito do crescimento das fábricas e da formação de uma classe operária fabril, as mulheres proletárias foram excluídas deste mercado de trabalho sendo gradativamente capturadas pela teia da família e por uma dada ideologia da época.

As “amas de leite”, trabalho criado na época da escravatura, foi sendo gradativamente excluído como trabalho e atividade exclusiva das mães biológicas e legitimamente constituídas (RAGO, 1987) havendo, com isto, uma certa modificação na configuração do espaço da intimidade familiar. Dentro de uma perspectiva ideologizada, o casamento na sociedade brasileira passou a ser considerado, historicamente, como um meio de garantir a saúde dos filhos e a identidade feminina centrada na reprodução.

O modelo de união conjugal, característico da modernidade, pauta-se por uma maior individualidade na escolha do conjugue, a partir de normas mais flexíveis, como a possibilidade de divórcios e separações mais freqüentes, a divisão sexual de trabalho pouco rígida, a valorização da sexualidade feminina, a igualdade jurídica e social entre os sexos, o controle da contracepção, dentre outros. (LOYOLA, 1992).

Na interpretação do tema é preciso, no entanto, relativizar as teorias explicativas da

modernidade, na medida que não representam uma boa aproximação teórica para análise das famílias das classes populares, requerendo uma visão histórica das desigualdades sociais e de gênero, historicamente constituídas neste país (BERQUÓ, 1986, 1987; QUINTEIRO, 1987, 1993 E VAISTMAN, 1994).

A família “moderna” caracteriza-se, quanto ao tipo, como um agrupamento centrado nas figuras do pai - mãe e um reduzido número de filhos. Embora se possa assumir a modernidade de uma metrópole do tipo paulistana, há que considerarmos que diferentes tempos sociais apresentam distintas configurações das famílias das classes populares em nosso meio .

Tendo em vista estas reflexões, procuramos, no presente trabalho, compreender a vivência das mulheres no espaço doméstico, enfocando aspectos relacionados à relação conjugal, às negociações ou à sua impossibilidade, assim como aos conflitos e à violência de gênero.

Sujeitos sociais da pesquisa e procedimento metodológico

A pesquisa desenvolvida foi do tipo qualitativa, tendo em vista desvelar significados estritamente relacionados ao sentido dado às ações dos sujeitos entrevistados. Do ponto de vista técnico, esta proposta apoia-se na história oral do tipo temática (MEIHY, 1996). Foram selecionadas dezesseis mulheres usuárias do serviço público de saúde, donas de casa e/ou desempregadas ou vivendo do trabalho informal, moradoras da periferia da Zona Leste de São Paulo, no bairro Cidade Pedro Nunes, sendo que algumas viviam em áreas de favela. As entrevistas foram gravadas e realizadas no espaço do posto de saúde do bairro. Os conteúdos das entrevistas, depois de transcritos, foram organizados, através de um plano de análise, inicialmente preliminar, decorrente de leitura flutuante das falas; num segundo momento buscamos identificar os sentidos dos discursos das mulheres a partir da definição de categorias empíricas, específicas e gerais, tendo em vista a presença de determinados núcleos estruturadores das mesmas (MINAYO, 1996; BARDIN 1977).

Em relação aos aspectos éticos, foram seguidas as normas para pesquisa envolvendo os seres humanos, estabelecidas pela resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1996). Sendo assim, a participação das mulheres foi voluntária, assegurando-lhes que a sua identidade jamais seria revelada e que as informações seriam utilizadas tão somente para os propósitos da pesquisa.

Nem singular, nem plural: percorrendo fragmentos de trajetórias de vida

Diferentemente das camadas médias, descritas na literatura por QUINTEIRO(1987) e VAISTMAN(1994), as famílias estabelecem, num contexto popular, dinâmicas que propiciam a sobrevivência do grupo e se situam em uma posição social em que as desigualdades sociais acarretam um certo impacto distinto àquele produzido em camadas mais privilegiadas (SARTI, 1996). A individualidade, traço característico da ideologia que sustenta os modelos de união conjugal nas camadas médias ganha uma retradução nas camadas populares. Esta retradução para a linguagem das camadas populares se dá não só em função da história da construção dos casamentos nesta parcela da população, como também porque as uniões construídas num contexto popular são, na sua maioria, configurações que permitem a reprodução da família sendo, as de redes de solidariedade, a base de sua sustentação. Nesse sentido, quando se trata de camadas populares, não empregamos o conceito de “pluralidade”, como sinônimo da modernização, no mesmo sentido do processo que ocorreu nas camadas médias com a incorporação de um tipo de união consensual considerada plástica, flexível, típica dos casais modernos(VAITSMAN, 1994), como também não fazemos referência ao tradicionalismo, indicado na literatura como sinônimo do seguimento ortodoxo das regras religiosas e civis reguladoras das uniões conjugais, aqui entendido como “singular”. A tradição, no caso desta leitura, diz respeito às normas impostas pela cultura, como assinala SARTI(1996).

Na análise que empreendemos, a partir das falas das mulheres entrevistadas, procuramos reter o sentido da união presente nas camadas populares, respeitando a especificidade que adquire. Ao mesmo tempo, como sujeitos de uma cultura popular e pertencente a teias de relações sociais típicas, numa metrópole do tipo paulistana, procuramos destacar do discurso permanências e mudanças capazes de apontar para o processo de “adaptação” e de “modernização” do grupo, num contexto em que se constrói relações sociais e políticas mais igualitárias, características de um novo tempo social.

A análise temática dos discursos revelou que as mulheres entrevistadas assumiram a união conjugal com seus parceiros por motivos diversos. A união conjugal, tradicionalmente ritualizada, da qual faz parte um período de namoro, seguido de um noivado, compra de enxoval, cerimônia na igreja, oficialização no cartório de registros civis, implicando o encontro de famílias, a aceitação de ambas, não faz parte de nenhuma das histórias orais temáticas de mulheres colhidas no processo de investigação.

Porém, ainda que esta passagem não faça parte de um ritual dentro dos parâmetros regidos pela tradição religiosa ou civil, e, por se tratarem de uniões na maior parte consensual, existe um rito de aceitação entre os pares. Algumas relações de namoro, seguidas de união conjugal, iniciaram-se geradas pela gravidez da mulher. Muitas delas se interromperam em clima de conflito devido a gravidez.

Sendo diversas as situações que levaram as mulheres entrevistadas à união conjugal, é interessante notar como as mesmas lidam com uma lógica que se apresenta, nos discursos, como obstaculizante, e se inscrevem na relação, estabelecendo e restabelecendo valores no processo de negociação de possíveis acordos com o parceiro por meio da mudança de *status* em relação à família ancestral. Nos diferentes horizontes pessoais, ao assumirem a relação com um parceiro, idealizam a possibilidade de adquirir maior autonomia e valorização pessoal.

Assumem um *status* diferente na hierarquia familiar dividindo, com o parceiro, as responsabilidades de uma nova família. Rompem, neste processo, com obrigações da condição de filha/solteira, e, principalmente, com obediência a uma determinada autoridade familiar que se expressa notadamente na figura do pai.

O espaço de encontro dos parceiros se estabeleceu, em geral, nos espaços de lazer, da igreja, nas relações de trabalho e de vizinhança. Quando conectado às interdições impostas pelos homens à atividade feminina remunerada, explica-se, em parte, o sentido da autoridade masculina exercida como obstáculo ao trabalho feminino fora do espaço doméstico. Isto significa dizer que o espaço da rua é identificado como o espaço de encontro de pares. Assim, ao bloquear o acesso feminino a este, os homens, agora parceiros, estariam impossibilitando o acesso destas mulheres a outros homens e, por conseguinte, eliminando uma espécie de ameaça não só à sua autoridade, mas também à sua masculinidade, que ocorreria na iminência da presença de outros homens na vida da mulher.

Nas desavenças entre casais, não ter tido outros homens apresenta-se como uma espécie de argumento essencial, para se estar ao lado da razão moral, da justificativa, que habilita a mulher nos conflitos conjugais a não temer o parceiro. Trata-se, pois, de um argumento regido pela moralidade que distingue a mulher da “casa” e as outras, as da “rua”.

Estas questões, presentes nos discursos, foram ordenadas em duas modalidades

de categorias opostas pela condição em que a mulher estabeleceu o compromisso de união conjugal. Descritas em diferentes situações, caracterizam a forma de selar o compromisso de união conjugal. Em ambas as modalidades, a questão central que se coloca é o do controle da sexualidade e do corpo da mulher. Vista por este prisma, tanto a sexualidade como o corpo da mulher se apresentam como campos de dominação e de exercício do poder masculino.

Na primeira modalidade, a mulher “escolheu o parceiro na inocência”. Neste caso, o argumento moral apoia-se na condição física de virgindade da mesma no momento de assunção do compromisso. O relato de que o “marido” é o primeiro parceiro sexual vem associado à informação de ter sido a preferida dentre outras mulheres. Se por um lado, nos momentos em que há conflito conjugal, o fato de ter sido “escolhida” é usado como argumento para restabelecer a ordem na hierarquia da família, por outro, reestabelece elos de obrigações morais mais rígidas no casamento.

Os relatos seguintes caracterizam, de maneira típica, a busca da interdição da rede familiar, estrita e estendida, às relações sexuais fora do casamento, o que é entendido pelas mulheres como cerceamento de sua liberdade

“Eu saí, quando eu saí de casa do meu pai, toda vida eu fui muito séria... eu não tinha a liberdade de ir a missa, eu não tinha a liberdade de ir na reza lá dos católicos, não! Não ia, eu pedia para ir a uma missa; “ Você não vai não. O que você vai ver lá? Você não vai lá para ouvir a missa? Você vai lá para olhar os moleques? ” Eu acho que isso era muito egoísmo.... Não sou casada de papel passado... Não casamos. Só que são 18 anos de convivência. Saí da casa do meu pai para viver diretamente com ele... Não tive essa liberdade, eu fui muito cativa (pausa) Não eu não...Mas como era prisioneira, eu achei que saindo da casa do meu pai eu ia ter uma situação melhor. Entendeu? Porque a criança que é criada sem liberdade não tem opção, nem de ver o que vai enxergar lá na frente no mundo (pausa na fala) É inocente. Porque ela não sabe se decidir. Ela não tem, ela não tem como se defender.”(Valentina, 36 anos)

“Ah, tem, por exemplo, eu vejo o meu caso...eu casei com 33 anos e o meu (pausa na fala) eu nunca tive relações. Eu fiquei trinta e três anos esperando (pausa) 33 anos esperando. As meninas de hoje tem 11 anos e já (pausa) então têm. Elas têm a liberdade que eu não tive. Eu fiquei até 20 anos (pausa). Eu vim para São Paulo, eu tinha quantos anos? 18,19 anos? Até então vivi com meus pais, vivi presa, a família controlava. Eu mesmo

trabalhando em casa de família trabalhava com os patrões, eles pegavam no meu pé”.(Lurdes, 43 anos)

A segunda modalidade de situação, em que a mulher “não escolheu o parceiro na inocência”, ou seja, teve relações sexuais antes da união conjugal com o presente parceiro, modifica os termos da relação conjugal. Nestes casos, outros elementos são colocados em questão no processo de negociação até assumir o compromisso, embora calcados numa postura tradicional e biologizada.

Não havendo necessidade de romper com a família ancestral, nem a existência de uma gravidez que se interponha entre os pares, o processo de negociação se estabelece em outro nível, com base em parâmetros em que a virgindade da mulher não é a moeda de troca.

“Eu namorei dois anos. Assim que eu fiquei grávida e ganhei o nenê, nós nos conhecemos. Enquanto meu filho estava comigo (pausa) eu não queria namorar ninguém e nem morar”. (Gertrudes, 37 anos)

A mulher sem a condição de “inocente” passa, inclusive, a negociar outro tipo de relação conjugal – um contrato de união com cláusulas mais transparentes. No primeiro exemplo, a seguir, a entrevistada exclui a copulação da relação conjugal e, no segundo, negocia a aceitação dos filhos dos parceiros anteriores.

“Meu marido mesmo eu tive uma relação, só (pausa). Não, nenhuma. Meus filhos são dos dois primeiros (pausa). Nós vivemos de quarto separado. Eu moro com os meus filhos em uma casa e ele dorme num quarto e banheiro fora da casa (pausa) Foi mais por (pausa) um ajudar o outro. Ele casa e ele me ajuda assim (pausa) É na época eu fiquei em uma situação meio delicada. Então ele combinou comigo. E já tinha resolvido. Ele ficava na casa e eu cuidava dele e ele ajudava meus filhos. Assim maritalmente a gente não vive”.(Jesualda, 42 anos)

“Não, eu conheci ele na rua da minha patroa.. Ele ia me apanhar na escola, dizia que gostou de mim. Eu falei para ele: - Vamos namorar? Só que eu estava sofrendo na casa da minha patroa... ainda trabalhando...Ela pegou descobriu que eu mandava roupa e tudo (para o namorado). Meu patrão não queria(esta situação) Mandou eu ir para a Bahia... e eu engordando... Então eu moça peguei gravidez, tudo...Depois que ele(o namorado) descobriu que eu estava grávida, eu comecei a sofrer na mão dele. (Depois de ter os filhos conheceu

outro homem que se tornou o parceiro atual). Ele falou: - Marta, quem é essa sua colega? Ele disse que gostou de mim. Eu tenho uma menina e um menino, eu contei para ele. Ele aceitou. Depois ele mandou eu dar meus filhos e eu não aceitei não. Ele pegou e assumiu. (Angela, 23 anos)

As várias situações descritas indicam que há um “ritual” de namoro, período no qual as mulheres vão identificar os motivos pelos quais estabeleceram a união conjugal que relatam no discurso. Os motivos desvelam, em síntese, o papel do controle familiar ou da falta de condições sociais e econômicas. Neste contexto de namoro, a negociação gira em torno da condição biológica da mulher. É no corpo que se inscrevem, inicialmente, os sentidos e significados da relação conjugal que vai se realizar no casamento.

Segundo BORDO (1997: 19) o corpo é *“uma poderosa forma simbólica, uma superfície na qual as normas centrais, as hierarquias e até os comportamentos metafísicos de uma cultura são inscritos e assim reforçados através da linguagem corporal concreta”*. Enfocando processos de construção e de negociação da relação conjugal, observamos que o corpo feminino vai se desvelando como objeto de controle de diferentes formas de poder e hierarquias de gênero. Regras e valores morais entram no processo de configuração da união conjugal, caracterizando a condição feminina na relação conjugal.

As diferentes situações, quais sejam, virgindade, gravidez e o estado geral da saúde da mulher, configuram o campo de atuação desta regulação que visa a sexualidade e os corpos femininos. A intimidade, espaço de vivência e de construção da relação conjugal, é construída por estas regras e valores inscritos nos corpos e realizados no cotidiano espaço onde é idealizada a felicidade.

A intimidade na relação conjugal: infidelidade, estratégias e liberdade.

As transformações sociais nas últimas décadas, apontadas por GIDDENS (1993), colocam sob foco a intimidade designada historicamente, segundo CHAUÍ(1985), como um espaço de vivência da opressão, onde a possibilidade de transformação centra-se nas mudanças desenvolvidas principalmente pela ação política das mulheres.

A união conjugal, na maioria dos casos investigados, não é tradicionalmente ritualizada e oficializada. O objeto de negociação, para a assunção do compromisso foi, no

geral, baseado em trocas sexuais. Ao ser infiel o parceiro rompe com as bases estabelecidas para o compromisso da união conjugal pautado em relação de confiança e de solidariedade entre os pares. É importante ressaltar que a união conjugal se amplia para trocas de outras naturezas, que não as sexuais, e se apresenta como expressão de uma dada solidariedade.

Sentidos de infidelidade

A infidelidade do homem transparece, no discurso feminino, como uma prática masculina na dinâmica conjugal, uma liberdade não permitida à figura feminina, implicando sanções sociais. Valer-se desta liberdade pode ser, do ponto de vista da cultura, extremamente prejudicial ao papel feminino porque, equiparando-se em características e atributos ao papel masculino, pode perder o seu espaço na relação que, pela lógica da complementaridade, pressupõe uma prática dicotomicamente distinta e oposta à dos homens.

Caracterizada como o caminho pelo qual a socialização entre os pares se desvirtua, a infidelidade se apresenta como um mecanismo de afirmação da masculinidade, um sintoma de insatisfação do homem com a relação conjugal.

“Outras pessoas vieram me falar:” Que nada, um homem não fica com uma mulher. Ele pode gostar da sua esposa, dos seus filhos, mas é difícil ficar com uma mulher só. Isso é muito difícil. O homem que ficar com uma mulher só tem que se dar aleluia.”(Maria, 35 anos)”.

“Eu acho que traz diversos problemas e ele está, como se diz (pausa) ele não está tendo aquilo em casa e sai procurando lá fora”.(Gertrudes, 37 anos).

A infidelidade masculina apresenta-se como “ a porta para os maus tratos”, e acaba sendo o caminho pelo qual as mulheres percebem a relação se deteriorando, a opressão, a violência conjugal se instalando. Como forma típica de violência de gênero, relacionam o fato à quebra da solidariedade entre os pares e de um conjunto de valores cultivados pelo grupo a que pertencem.

“Então devido a isso eu sofri muito. Porque coisa pior que tem é você saber que seu próprio marido tem outra amante na rua. Quando ele consegue outra na rua, ele passa a ser ruim para a de casa. Eu falava isso(pausa) Eu não aceito o marido ter outra na rua, eu acho que eu só basta. As vezes tem outra e você fica morando junto. Ou você larga para ter outra e acabou tanto da parte da mulher como da parte do homem, ou então não tem(pausa)

Eu sou contra. Depois que eu vi na minha vila outros homens traindo com outra mulher, daí que eu entendi. É fogo ser chifruda, não é fácil.” (Jesualda, 42 anos)

Da mesma forma que a teia de relações sociais - de amizade e vizinhança - é entendida como um espaço que possibilita acesso ao parceiro, é também por esta via que os casos de infidelidade aparecem, ou seja, com pessoas que portam os mesmos valores e obrigações morais . Nesta perspectiva, a infidelidade se apresenta como possibilidades de um “campo conhecido”.

“Ela dizia ser minha amiga. Aquela porcaria tomou meu marido. Esse que dizia gostar tanto de mim, ele fez tudo porque eu era nova. Ele sabia que eu não gostava dele, eu comecei a gostar dele. Porque todo o problema era que ela saia com ele. Ele chegava tarde, começou a achar minha comida ruim, eu estranhei, quando eu fui descobri já era tarde(silêncio)”(Ângela, 23 anos).

Neste contexto, ainda que a infidelidade seja caracterizada como “ forma de opressão ou violência conjugal”, para muitas mulheres se desvela o fato de que é mais fácil suporta-la do que à falta de condições materiais, pela ausência do provedor. Estudando a família das classes populares Sarti(1996) evidência a importância assumida pelo provedor na estrutura das mesmas, manifestada em diferentes níveis. No entanto, o fato a destacar é a infidelidade ser um fenômeno que se apresenta, neste contexto, como capaz de quebrar um certo tipo de solidariedade construída na socialização conjugal.

Estratégias femininas

A honra da mulher é um dos argumentos mais utilizados no resgate da relação, sobretudo entre as que “casaram na inocência”. Várias são as estratégias pelas quais as mulheres apreendem a infidelidade como um tipo de problema, caracterizado como a porta “para os maus tratos” . Buscam formas de diagnóstico da infidelidade masculina e, diante do fato, algumas esperam com paciência, procurando o diálogo como meio para resolver a situação.

“ Tem que ter um pouco de paciência. Não vai fazer a mesma coisa que ele fez. Pega mal ... É, se fizer a mesma coisa que ele pega mal. Então eu acho que tem que sentar e conversar... tentar entender, tirar. Eu falo por experiência própria. Eu passei por isso, eu si. Com paciência chega lá e consegue. Com paciência se consegue tudo.” (Lúcia, 28 anos)

“ O casamento envolve amizade já que eu, tipo... quando você é amiga você sabe quando a pessoa está diferente. Às vezes alguma coisa acontecendo.” (Mônica, 22 anos)

O diálogo apresenta-se, assim, como um espaço para se obter um maior número de informações sobre o parceiro e se coloca como uma estratégia de tolerância feminina em relação ao mesmo, sendo compatível com uma concepção de união conjugal representada como um espaço de entendimento entre os pares.

Entre as jovens entrevistadas, a existência ou não da amizade é o meio para perceber a infidelidade do parceiro, ao passo que para aquelas mais velhas a estratégia é “confiar - desconfiando”. Estas estratégias redundam numa ressignificação para o contexto da cultura popular do dispositivo da confiança como mecanismo das “relações modernas”.

“ Porque a gente nunca pode confiar no homem. Porque a gente não pode viver pegando no pé, mas a gente dizer: “ Eu sei que ele nunca andou com outra mulher, isso é errado. Porque a gente não vive com ele vinte e quatro horas. Ele estando só, ele pega e sai. Não é verdade? Eu acho que a gente não pode falar isso. Eu mesmo não falo... Exatamente! Porque a gente por mais que a gente quer confiar, mas é bom não confiar muito... Exatamente porque... uma porque esse problema de ciúmes, eu acho assim: eu não tenho desconfiança. E sabe porque eu não tenho essa desconfiança? Porque eu não apronto. Eu acho que por mim eu tiro a outra pessoa. Se o camarada é assim, apronta, então ele vive com fé que o outro possa aprontar também. Eu acho assim, simplesmente eu tenho isso comigo. Não sei se é certo, eu tenho isso... Se ele está desconfiando de mim é porque certamente ele tinha as manias dele de aprontar. Porque eu nunca aprontei, graças a Deus! Então sai, vai para onde quer. Chega. Então eu não tenho problema com isso, entendeu! Simplesmente eu sou uma pessoa sem maldade, maldade, nessa parte... Não sou de andar cobrando. Porque eu sou assim, eu não sou de aprontar, então eu dou confiança. Eu mesmo, eu acho assim, só acredito se eu ver. Não de conversa, eu não acredito nisso, não adianta.” (Valentina, 36 anos)

Embora a estratégia adotada para a confiança no parceiro apresentem, no âmbito da relação conjugal, tanto posturas “conservadoras”, quanto “modernas”, o fato a destacar é o da ambigüidade presente no discurso de algumas mulheres, o que decorre do processo de socialização das relações de gênero já caracterizada por CHAUÍ(1985) como historicamente constitutiva da identidade feminina.

Sentidos de liberdade

A idéia de liberdade apresenta, na literatura especializada, inúmeras conotações. Vale destacar que no caso das mulheres entrevistadas está associada à idéia de conquista de uma maior autonomia feminina. A idéia de liberdade traduzida, inicialmente, de maneira restrita, às possibilidades de lazer é exemplificada na fala a seguir.

“Eu acho que tem, eu conheço bem umas três que têm liberdade. Vai para o salão, vai para tudo que é canto. Eu acho que é muita liberdade... Sai sozinha, vai lá, ninguém sabe. Eu mesmo... não tenho... não faço isso, porque eu acho errado da parte da mulher, ela tem que respeitar. Ele não vai nem gosta de ir, se o que eu queria está na minha casa. Quando eu era solteira queria ter meu cara, meus filhos, meu esposo. Tenho em casa, então não preciso sair.” (Gertrudes, 37 anos)

Diante das “dificuldades da vida” o “poder sair e divertir-se” acaba sendo um grande ganho, uma extravagância num contexto que prima pela falta de recursos para a própria subsistência. No entanto, os espaços de lazer, da igreja e mesmo do trabalho fora de casa, entre outros, se apresentam para os homens, segundo falas das mulheres, como ambientes que propiciam o encontro de outras possibilidades amorosas, que poderiam concorrer com o companheiro atual, reforçando ainda mais as impossibilidades de realização de atividades, de diferentes ordens, fora do ambiente doméstico. Entretanto, impulsionadas pela falta de recursos e em busca de uma vida melhor muitas das mulheres, que se mostram cerceadas pelos companheiros, movimentam-se intensamente buscando formas de trabalho remunerado para prover a si própria e à sua família. O trabalho feminino é, na maioria dos casos, o centro possibilitador da sobrevivência da família e adquire vários sentidos de liberdade. No entanto, as possibilidades do trabalho remunerado apresenta limites, para algumas mulheres, conforme ilustra fala a seguir:

“Porque tem que tomar conta desses meninos, não tem creche para eles. Ele não quer deixar eu trabalhar” (Maria, 35 anos)

“Ele achava que é porque ele é muito ciumento. Ele achava que se saísse para trabalhar para fora a pessoa ia faltar com o respeito. Então nessa parte eu sofri muito e quando comecei a trabalhar para fora ele sentiu muito lá.. ele batia o pé para a separação” (Valentina, 36anos)

Assim, “poder trabalhar”, “ganhar o próprio dinheiro”, apresenta-se como tarefa difícil de ser realizada porque o companheiro cria inúmeros impecilhos, manifesta ciúmes, desconfiança ou não divide as tarefas domésticas, não ajuda cuidar dos filhos, o que aponta para a persistência de algumas relações de gênero mais tradicionais entre as mulheres investigadas. A participação do parceiro nos trabalhos domésticos é fundamental principalmente quando se considera que as limitações aumentam pela ausência de uma infraestrutura de creches, por parte do Estado, que garanta a essas mulheres o direito ao trabalho. Prover a si própria e à sua família, pode ser compreendido como uma (re) tradução (BOLTANSKI, 1979), para as camadas populares, do processo de modernização das relações sociais, típicas de uma metrópole como a paulistana, onde a desigualdade se evidencia muito bem nos contrastes, nas distâncias e na indiferença das relações inter-classes representadas, em parte, no mapa da exclusão social de SPOSATI, 1996. Assim é que um dos sentidos de liberdade identificados nos discursos das mulheres, é o de conquista da cidadania possibilitada pela atividade feminina com seu trabalho.

“...tem o próprio dinheiro dela, compra o que ela quer. Eu penso assim... meu dinheiro eu compro tudo que quero e não espero o companheiro dar... Pode usar o dinheiro. Então é uma liberdade boa, você pode usar o que é teu. Não está gastando, destruindo o que é dos outros. Ele não pode falar, jogar na cara “É meu!” (Gertrudes, 37 anos)

Antes era a maior frescura, hoje já não. Agora a mulher trabalha, agora faz as coisas que quer...” (Gabriela, 16 anos)

“ Sei lá, a mulher não tem que ser só dona de casa, tem que trabalhar. Acho que para tudo. Acho que como os homens têm os seus direitos, a mulher tem que ter os dela. Então, nunca fui muito sossegada...Eu vim com os meus avós. Então, eu sempre fui de ir à caça, de ir à luta. Esse negócio de ficar na rua, fazendo alguma... a gente fica dentro de casa, fica porque não tem outro jeito. Não gosto de tomar conta de casa. Não sou muito de.. acostumei trabalhar na feira. Então a gente não acostuma ficar dentro de casa.” (Jesualda, 42 anos)

Como resultado das crescentes conquistas femininas aparece, também, no conjunto dos sentidos associados à idéia de liberdade, a possibilidade de poder falar sobre o próprio corpo, das mudanças que ocorrem nele, e da sexualidade. Estas falas das mulheres, nas suas dimensões reprodutiva e sexual, podem ser interpretadas como reflexos do processo de modernização e construção da cidadania a que se refere ÁVILA(1993;1999), na medida que se apresentam como um ganho das últimas décadas, junto a uma reformulação do

sentido de liberdade. Apresentam-se, assim, associadas a uma maior autonomia não só com relação ao próprio corpo, como também à ampliação da concretização das vivências sociais e afetivas. Neste sentido, quanto menos rígidas e tradicionais forem as relações estabelecidas, mais modernas serão.

“ como a gente está conversando agora. Antigamente não se falava nisso. Ninguém ia chegar e falar: “Você tem prazer?” , “Você tem um bom relacionamento?” . Eu casei grávida. Antigamente o pessoal nem falava que teve relação antes do casamento. Antigamente era um tabu mesmo. Tipo na minha época, quando eu fiquei menstruada, eu via as minhas irmã, mas a minha mãe não chegou a falar que naqueles dias eu deveria usar absorvente. A gente antigamente... ninguém falava.” (Mônica, 22 anos).

Embora os discursos sobre o direito ao trabalho, corpo e sexualidade constituam um sentido amplo de liberdade, é nos interstícios das falas sobre a vida, a saúde sexual e reprodutiva que se desvelam os níveis e naturezas da opressão de gênero em que vivem estas mulheres.

No âmbito da intimidade e da sociabilidade conjugal o exercício do poder, revelado pelas mulheres, é masculino. Este se expressa numa dada rigidez em relação ao controle dos papéis femininos, à divisão sexual das tarefas do cotidiano, além da prerrogativa da infidelidade masculina como prática socialmente sancionada.

Nas reflexões de BOURDIEU(1992), o sistema simbólico, que estabelece relações de dominação, requer ações coletivas no processo de transformação. A “escolha” e “tomadas de consciência” fazem parte, segundo este autor, de uma espécie de “ inconsciente de classe” e determinam as trajetórias pessoais e os destinos de classe. A transformação se coloca em um movimento coletivo porque depende de um processo de reeducação, no sentido de modificar as disposições interiorizadas. Neste sentido é que entendemos que a autonomia conquistada pelas mulheres parte de um movimento coletivo para se efetivar no cotidiano por meio de ações transformadoras de uma ordem simbólica.

Intimidade, modernidade e espaço de vida

No andar da vida cotidiana, a necessidade de inserção e de adaptação ao meio urbano moderno e dinâmico das sociedades contemporâneas apresentam-se como uma

fonte de enorme pressão social para a modificação dos modos tradicionais de vida, sobretudo para mulheres e homens das camadas populares.

No entanto, no contexto da presente pesquisa, o diálogo, ainda que valorizado como atributo necessário à socialização conjugal, não se apresenta como constitutivo das relações de gênero vivenciadas pela maioria das mulheres investigadas. Daí poder-se interpretar porque nos discursos das mesmas as manifestações da intimidade apresentam-se de forma velada e, quando presentes, circunscritas ao ato sexual ou à infidelidade do parceiro.

O fato de a infidelidade ser ilusoriamente representada como ocorrendo sempre no “campo do conhecido”, ou seja, no âmbito das relações do grupo de vizinhança e, portanto, passível de controle, a mesma não adquire, no imaginário das mulheres pesquisadas, nenhum tipo de perigo como é o caso da Aids. Isto na medida em que esta enfermidade encontra-se associada, no discurso dessas mulheres, a um contexto regido pelo anonimato, pelo desconhecido, pelo impessoal, o que não se trataria de algo a ser incorporado como risco. Tal concepção apresenta-se como questão relevante para os estudos de gênero e programas de saúde reprodutiva sobretudo quando se considera que a epidemia do HIV representa, no casos da heterossexualidade, maior risco para as mulheres (SZWARCOWALD, 2000)

A sexualidade, definida por PIERRET(1998), como âmago da intimidade, certamente sofre os reveses desta condição de vida. Por agirem dentro de uma lógica relacional, classificada como rígida e hierarquizada em termos de gênero, as mulheres estão aprisionadas num discurso moral com relação às experiências sexuais.

Porém, a sexualidade, como aponta FOUCAULT(1984), tem a capacidade de extrapolar as regras e se fixar nos vários cantos da vida engendrando um sentido próprio à experiência humana. Segundo BALANDIER(1998), a sexualidade atravessa as sociedades, as culturas e o poder, bem como símbolos e representações se formam a partir de referências sexuais. Tem, portanto, a função de congregar pessoas e grupos, na medida em que, por meio de trocas sexuais, é socializada nas relações sociais. No espaço da intimidade a sexualidade adquire uma importante expressão, configurando um amplo campo de discussão e produção de conhecimento, nas áreas das ciências humanas, não só sobre relações de gênero, mas também sobre saúde sexual e reprodutiva.

Especificamente com relação a mulheres de baixa renda, em um dado contexto da cidade de São Paulo, o esforço de focar a intimidade redundou não só numa compreensão

sobre formas de sociabilidade conjugal, como também no entendimento de uma dinâmica relacional no âmbito da intimidade, das regras e valores morais, onde a sexualidade se manifesta de maneira difusa e geralmente centrada no ato sexual

Desvelam-se, enfim, aspectos fundamentais da vida conjugal das mulheres investigadas permitindo, da ótica feminina, a compreensão de questões relativas à história reprodutiva e sexual das mesmas, assim como a violência de gênero presente no seu espaço de vida cotidiano, onde o discurso masculino, nas vozes femininas, continua pouco flexível, gerando, por isso, conflitos e impossibilidades de negociação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVELINO, C. de M. *Eugenia e casamento*. São Paulo, 1924. [Tese de Doutorado - Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 1924]
- ÁVILA, M.B. Modernidade e cidadania reprodutiva. *Rev. Estudos Fem.* 1:283-93, 1993
- ÁVILA, M.B. Direitos reprodutivos, exclusão social e AIDS. In.: BARBOSA, R.N. & PARKER, R. (org.) *Sexualidades pelo avesso: direitos reprodutivos, identidade e poder*. São Paulo, Editora 34, 1999. p.39-48.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70, 1977
- BALANDIER, G. *O contorno: poder e modernidade*. São Paulo, Beltrand do Brasil, 1998.
- BERQUÓ, E. et al. Estudos da dinâmica da população negra no Brasil. Campinas, 1986. (Texto NEPO-UNICAMP, 11).
- BERQUÓ, E. A Nupcialidade da população negra no Brasil. Campinas, 1987 (Texto NEPO-UNICAMP 11).
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1992.
- BOLTANSKI, L. *As classes sociais e o corpo*. Graal, Rio de Janeiro, 1979.
- BORDO, R. S. O corpo e a reprodução feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JAGGAR A. M & BORDO, R. S (org) *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro, Record. Rosa dos Tempos, 1997.

- CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: CARDOSO, R. (org.) *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985
- DA MATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1990.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: I - vontade de saber*. Trad. M.T.C. ALBUQUERQUE e J G ALBUQUERQUE. Rio de Janeiro, Graal, 1984.
- GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo, Unesp, 1993.
- GIDDENS, A. *Para além da direita e da esquerda*. São Paulo, Unesp, 1996.
- LOYOLA, A. Sexualidade e reprodução. *Phisys- Rev. Saúde Col.*; 2:93-105, 1992
- MEHY, J.C.S.B. *Manual de história oral*. São Paulo, Edições Loyola, 1996.
- MINAYO, M.C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Rio de Janeiro, Hucitec/Abrasco, 1996.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 196/96; sobre pesquisas envolvendo seres humanos. *Bioética*, 4:15-25, 1996
- QUINTEIRO, M. da C. *Casado e não casado: uniões consensuais nas camadas médias e populares*. São Paulo, 1987. [Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP]
- QUINTEIRO, M. da C. *União conjugal: a grande busca*. São Paulo, 1993. [Tese de doutorado - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP]
- PIERRET, J. Elementos para reflexão sobre o lugar e o sentido da sexualidades na sociologia. In.: LOYOLA M A (org.) *A sexualidade nas ciências humanas*. Rio de Janeiro, Editora da UERJ, 1998.
- RAGO, M. *Do cabaré do lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- SARTI, C. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo. Autores Associados, 1996.
- SPOSATI, A. *O mapa da exclusão/inclusão social*. São Paulo, EDUC, 1996.
- SZWARCWALD, C L. et al. A disseminação da epidemia da Aids no Brasil, no período de 1987 - 1996: uma análise espacial. *Cad. Saúde Pública*, 16(supl.1):7-19,2000.

VAISTMAN J. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós modernas*. Rocco, Rio de Janeiro, 1994.

FROM NEGOTIATION TO STRATEGIE: MARITAL RELATIONSHIPS AND GENDER IN SÃO PAULO LOW - INCOME WOMEN DISCOURSE

SUMMARY: This paper results from a wide monographic study on issues related to reproductive health of low-income women in the city of São Paulo, State of São Paulo, Brazil. It is based on the assumption that negotiation guidelines between couples can be disclosed through their discourse and that from these the marital relationships in terms of possibility or impossibility of negotiation, gender, conflicts and violence. Such issues are highly relevant for women's reproductive and sexual life. A qualitative field survey using the oral-thematic history technique was carried out with 16 women. The analysis is focused on the concepts of marriage and intimacy. The concept of power, sexuality and gender were articulated in the discussion. What meanings the concepts of marital relationships, infidelity, union and freedom acquire within the female discourse are also searched for in the analysis of the discourse. Detected in the discourse are the permanencies and changes that unveil the group's processes of "adaptation" and "modernization" within a context in which more up-to-date social and political relationships – characteristic of the new social era - are constructed.

KEY WORDS: Marital Socialization; Connubial Intimacy; Life Space; Reproductive Health; Gender.

Data de recebimento: 07/02/2001

Data de aprovação: 27/05/2001